

06/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.615 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: ANDRÉ NICOLAU DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

***Habeas corpus.* Furto de quadro denominado "disco de ouro". Premiação conferida àqueles artistas que tenham alcançado a marca de mais de cem mil discos vendidos no País. Valor sentimental inestimável. Alegada incidência do postulado da insignificância penal. Inaplicabilidade. Bem restituído à vítima. Irrelevância. Circunstâncias alheias à vontade do agente. Paciente reincidente específico em delitos contra o patrimônio, conforme certidão de antecedentes criminais. Precedentes. Ordem denegada.**

1. As circunstâncias peculiares do caso concreto inviabilizam a aplicação do postulado da insignificância à espécie. Paciente que invadiu a residência de músico, donde subtraiu um quadro denominado "disco de ouro", premiação a ele conferida por ter alcançado a marca de mais de cem mil discos vendidos no País.

2. Embora a **res** subtraída não tenha sido avaliada, essa é dotada de valor sentimental inestimável para a vítima. Não se pode, tão somente, avaliar a tipicidade da conduta praticada em vista do seu valor econômico, especialmente porque, no caso, o prejuízo suportado pela vítima, obviamente, é superior a qualquer quantia pecuniária.

3. Revela-se irrelevante para o caso o argumento da defesa de que o bem teria sido restituído à vítima, pois ocorreu em circunstâncias alheias à vontade do paciente. Segundo o inquérito policial o paciente foi abordado por policiais militares em via pública na posse do objeto furtado, o que ensejou a sua apreensão e, conseqüentemente, a sua restituição.

HC 107.615 / MG

4. Impossibilidade de acatar a tese de irrelevância material da conduta praticada pelo paciente, especialmente porque a folha de antecedentes criminais que instrui a impetração demonstra a presença de outros delitos contra o patrimônio por ele praticados. Com efeito, esses aspectos dão claras demonstrações de ser ele um infrator contumaz e com personalidade voltada à prática delitiva.

5. Conforme a jurisprudência desta Corte, *o reconhecimento da insignificância material da conduta increpada ao paciente serviria muito mais como um deletério incentivo ao cometimento de novos delitos do que propriamente uma injustificada mobilização do Poder Judiciário* (HC nº 96.202/RS, DJe de 28/5/10).

6. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Sra. Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 6 de setembro de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI
Relator

06/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.615 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: ANDRÉ NICOLAU DE SOUZA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União em favor André Nicolau de Souza, apontando como autoridade coatora a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 190.002/MG impetrado àquela Corte, Relator o Ministro **Og Fernandes**.

Sustenta, em síntese, a aplicação, ao caso concreto, do postulado da insignificância, tendo em vista que *“a conduta do acusado não caracteriza o crime de furto capaz de justificar uma condenação penal, uma vez que o bem tinha valor apenas sentimental e foi restituído integralmente ao ofendido”* (fl. 8 da inicial).

Requer o deferimento da liminar para *“determinar o sobrestamento do processo nº 0017722-19.2010, que tramita na 1ª Vara da Comarca de Três Pontas-MG”* e, no mérito, pede *“o trancamento da ação penal, face à atipicidade da conduta”* (fl. 12 da inicial).

Indeferi a liminar requerida e solicitei informações ao Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Três Pontas/MG, que foram devidamente prestadas.

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Edson Oliveira de Almeida**, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

06/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.615 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra ato da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 190.002/MG impetrado àquela Corte, Relator o Ministro **Og Fernandes**.

Narra a impetrante, na inicial, que:

“(…)

O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime tipificado no artigo 155, **caput**, do Código Penal. O bem subtraído consiste em um quadro de vidro em homenagem à vítima Milton Nascimento, por ter alcançado a marca de 100.000 discos vendidos no Brasil.

A defesa do paciente interpôs **habeas corpus** no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais arguindo a nulidade do processo por ausência do exame de corpo de delito, com fundamento no artigo 564, inciso III, alínea b, do Código de Processo Penal, bem como visando o trancamento da ação penal com base no Princípio da Insignificância. Porém, a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal denegou a ordem.

Contra essa decisão, o paciente ingressou com **Habeas Corpus** no Superior Tribunal de Justiça que também negou provimento (…)” (fls. 2 da inicial).

Transcrevo a ementa do julgado proferido por aquela Corte de Justiça:

'HABEAS CORPUS. FURTO. PEDIDO DE TRANCAMENTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. CONDUTA PENALMENTE RELEVANTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Quanto à incidência do princípio da insignificância, são

HC 107.615 / MG

necessários '(a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada' (HC 84.412/SP, Ministro **Celso de Mello**, Supremo Tribunal Federal, DJ de 19/11/2004).

2. No caso, a conduta perpetrada pela paciente não pode ser considerada irrelevante para o Direito Penal. Conquanto não exista nos presentes autos laudo que ateste o valor da **res** subtraída, certo é que a atitude do paciente revela reprovabilidade suficiente a justificar o desencadeamento da ação penal pelo crime de furto.

3. A investida do acusado se deu por meio de invasão a residência, de onde subtraiu um quadro conhecido como 'disco de ouro', decorrente de premiação da vítima, renomado músico brasileiro, pela marca de mais de cem mil discos vendidos no País, circunstância que, principalmente pelo valor subjacente ao objeto, de nítido caráter infungível, não pode, neste momento processual, ser ignorada, sob pena de se destoar por completo das hipóteses em que esta Corte vem aplicando o princípio da insignificância.

4. Ordem denegada.”

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste **writ**.

Pelo que se tem na decisão proferida pela Sexta Turma do Superior Tribunal, não se vislumbra nenhuma ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, o acórdão proferido por aquela Corte encontra-se suficientemente fundamentado, restando justificado o convencimento formado.

Ademais, as circunstâncias peculiares do caso concreto inviabilizam a aplicação do postulado da insignificância à espécie. Destaco que o paciente invadiu a residência do músico brasileiro Milton Nascimento, donde subtraiu um quadro denominado "disco de ouro", premiação a ele conferida por ter alcançado a marca de mais de cem mil discos vendidos no País.

HC 107.615 / MG

Embora a **res** subtraída não tenha sido avaliada, esta, a meu sentir, é dotada de valor sentimental inestimável para a vítima. Aliás, conforme destacou o Ministro **Og Fernandes** em seu voto, *“pode se defluir a estima inerente ao prêmio objeto da cobiça do paciente pelo esforço da vítima para obtê-lo. Não tenho o conteúdo das declarações daquele poeta, mas as letras do seu trabalho indicam que tal júbilo decorre de tocar um instrumento e cantar nos bailes da vida ou num bar, em troca de pão; ir aonde o povo estar, com a roupa encharcada e a alma repleta de chão”*.

Ora, não se pode, tão somente, avaliar a tipicidade da conduta praticada em vista do seu valor econômico, especialmente porque o furto do objeto em questão, como dito, é de valor sentimental inestimável, de modo que o prejuízo suportado pela vítima, obviamente, é superior a qualquer quantia pecuniária.

De outra parte, não vejo qualquer relevância no argumento da defesa de que o bem teria sido restituído à vítima. Pelo que se verifica do inquérito policial *“a Polícia Militar recebeu denúncia anônima via 190 de que um indivíduo teria saído da casa de propriedade do artista ‘Milton Nascimento’ carregando um quadro dourado; QUE ao proceder rastreamento pela cidade o depoente se deparou com um indivíduo de posse de um quadro próximo ao ginásio poliesportivo desta cidade. QUE ao ver a viatura policial, o indivíduo jogou o quadro em um terreno vago; QUE os policiais militares desconfiaram da atitude do indivíduo, abordando-o; QUE foi procurado o quadro no terreno, sendo que ao encontrar, o depoente percebeu que o quadro furtado era pertencente à coleção do artista (...)”*.

Esses elementos indicam, visivelmente, que o bem somente foi restituído à vítima porque o paciente foi abordado por policiais militares em via pública na posse do objeto furtado, o que ensejou a apreensão da **res** -, em circunstâncias, portanto, alheias à vontade do paciente.

Mas não é só. Entendo, ainda, não ser possível acatar a tese de irrelevância material da conduta praticada, especialmente porque a folha de antecedentes criminais que instrui a impetração demonstra a presença de outros delitos contra o patrimônio por ele praticados. Com efeito, esses aspectos dão claras demonstrações de ser um infrator contumaz e com

HC 107.615 / MG

personalidade voltada à prática delitiva.

Importante consignar que, em casos como este, conforme notadamente observado pelo eminente Ministro **Ayres Britto**, em julgado proferido nesta Turma, *“o reconhecimento da insignificância material da conduta increpada ao paciente serviria muito mais como um deletério incentivo ao cometimento de novos delitos do que propriamente uma injustificada mobilização do Poder Judiciário”* (HC nº 96.202/RS, DJe de 28/5/10).

Ressalto que não desconheço a existência de precedentes na Corte segundo os quais não há que se ponderar o aspecto subjetivo para a configuração do postulado da insignificância, pautado em circunstâncias objetivas do caso concreto (HC nº 102.080/MS, Segunda Turma, DJe de 25/10/10; e RE nº 536.486/RS, Segunda Turma, DJe de 19/9/08, ambos de relatoria da Ministra **Ellen Gracie**).

Contudo, filio-me ao entendimento de que *“o princípio da insignificância não pode ser acolhido para resguardar e legitimar constantes condutas desvirtuadas, mas para impedir que desvios de conduta ínfimos, isolados, sejam sancionados pelo direito penal, fazendo-se justiça no caso concreto”* (HC nº 102.088/RS, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 21/5/10).

Por fim, destaco a ousadia e o alto grau de reprovabilidade do paciente, que praticou o delito com a invasão de domicílio da vítima. Fato que, por si só, não se enquadra dentre aqueles vetores que legitimam a aplicabilidade do princípio da insignificância (HC nº 100.316/SC, Segunda Turma, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJe de 12/2/10).

Ante o exposto, denego a ordem de **habeas corpus**.

É como voto.

06/09/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 107.615 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhora Presidente, o Ministro Toffoli tocou num aspecto interessante, porque aqui o que se visa é o trancamento. Agora, ainda assim, muito embora dos nossos arestos, a insignificância há de se levar em conta também o valor que esse bem tem para a própria vítima, porque isso aqui é um disco de ouro que o cantor obteve depois de muito esforço. Destacou-se no meio. Então não é insignificante sob nenhum ângulo.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Sim, e não houve a restituição. Na verdade, ele foi pego nas imediações, logo após a ocorrência.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - E também houve inclusive vencimentos de obstáculos para chegar-se a isso.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Invasão de domicílio.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) - Invasão de domicílio.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX – Ele quer trancar.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não quer que se observe aquela música do Altemar Dutra, "sentimental eu sou", dando um valor maior a um disco de ouro.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 107.615

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : ANDRÉ NICOLAU DE SOUZA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 6.9.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux. Compareceram os Senhores Ministros Ayres Britto e Ricardo Lewandowski para julgar processos a eles vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian
Coordenadora